

# A Livre Concorrência e os Tribunais Brasileiros

*Análise crítica dos julgados no Poder Judiciário envolvendo matéria concorrencial*

## Coordenadores

Bruno de Luca Drago  
Bruno Lanna Peixoto

## Grupo de Estudos – Comitê de Contencioso Econômico IBRAC

Andrea Pereira	Lucas Griebeler da Motta
Antônio Menezes Neto	Ludmilla Martins da Silva
Bruno de Luca Drago	Luiz Fernando S. L. Coimbra
Bruno Lanna Peixoto	Nayara Mendonça Silva e Souza
Bruno Droghetti Magalhães Santos	Marcelo Batlouni Mendroni
Carolina Matthes Dotto	Paloma Gonçalves da Silva Romero
Daniel Costa Caselta	Paula Müller Ribeiro Bernini
Eduardo Caminati Anders	Paula Pinedo
Frederico Bastos Pinheiro Martins	Pedro C. E. Vicentini
Frederico Carrilho Donas	Raisa Dvorah Rechter
Giuliana Marchezi Franceschi	Renata Rossi Ignácio
Goncalves e Requena	Renato Xavier da Silveira Rosa
Karla Lini Maeji	Ricardo Ferreira Pastore
Levi Borges de Oliveira Veríssimo	Vinicius Hercos da Cunha

EDITORA ● SINGULAR

**IBRAC**  
Desde 1992

Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência,  
Consumo e Comércio Internacional

São Paulo – 2018

# Sumário

Sobre os Autores.....	5
Prefácio .....	15
<b>Parte I. Introdução: Livre Concorrência e Tribunais .....</b>	<b>17</b>
Panorama e desafios: análise qualitativa e quantitativa das ações no Judiciário..	19
<i>Bruno de Luca Drago</i>	
1. Introdução.....	19
2. Da metodologia da obra.....	21
3. Análise qualitativa e quantitativa dos temas identificados .....	23
4. Conclusões .....	33
Do sigilo e do segredo de justiça .....	35
<i>Raisa Dvorah Rechter</i>	
1. Novo Código de Processo Civil.....	36
2. Sigilo nos processos do CADE .....	36
3. Tratamento sigiloso.....	38
4. <i>Fishing expedition</i> .....	39
5. Relativização do sigilo .....	40
6. Viabilidade procedimental.....	41
Referências bibliográficas .....	44
A valorização dos precedentes judiciais no CPC/2015 .....	45
<i>Andrea Pereira</i>	
1. A correta interpretação acerca da valorização dos precedentes judiciais à luz do CPC/2015.....	45

2.	As hipóteses de formação e de aplicação de um precedente judicial ....	49
3.	A possibilidade de superação de um precedente judicial .....	53
4.	A interface do direito jurisprudencial com o direito concorrencial.....	54
5.	Conclusão.....	56
	Referências bibliográficas.....	57
<b>Parte II. Ações de Reparação de Danos.....</b>		<b>59</b>
Ações reparatórias por danos concorrenciais: termo inicial do prazo prescricional.....		61
<i>Bruno Lanna Peixoto, Renato Xavier da Silveira Rosa, Ludmilla Martins da Silva</i>		
1.	Breve Introdução: a prescrição em sede de ARDCs .....	62
2.	Fundamento e contorno do instituto jurídico da prescrição .....	64
3.	Termo Inicial do prazo prescricional: uma sugestão de abordagem .....	68
4.	Conclusão.....	73
	Referências bibliográficas.....	74
Responsabilização solidária de cartelistas em ações indenizatórias: reflexões, limites e desafios.....		75
<i>Ricardo Ferreira Pastore, Lucas Griebeler da Motta, Renata Rossi Ignácio</i>		
1.	Introdução.....	75
2.	Experiência estrangeira .....	77
3.	Experiência brasileira .....	85
4.	Conclusão: reflexões, limites e desafios.....	92
	Referências bibliográficas.....	93
Acesso aos documentos de acordos firmando com autoridade (Leniência e Termos de Cessação de Conduta).....		95
<i>Frederico Bastos Pinheiro Martins</i>		
1.	Introdução.....	95
2.	Provas em poder da autoridade.....	98
3.	Conclusão.....	109
	Referências bibliográficas.....	110
Alterações legislativas necessárias e o futuro das ações reparatórias por danos concorrenciais no Brasil.....		113
<i>Bruno Lanna Peixoto, Ludmilla Martins da Silva</i>		

1. A dupla relevância do <i>private enforcement</i> : sustentáculo da política antitruste e medida imperativa de justiça reparatória .....	114
2. Contexto atual da política antitruste e das ARDCs no Brasil: a necessidade de alterações legislativas.....	118
3. Conclusões .....	129
Referências bibliográficas.....	130
Valor probatório da decisão do CADE nas Ações de Reparação de Danos decorrentes de Cartel (“ARDCs”).....	133
<i>Giuliana Marchezi Franceschi Gonçalves e Requena, Paula Müller Ribeiro Bernini</i>	
1. Introdução.....	133
2. Da decisão da autoridade antitruste como prova <i>prima facie</i> no direito comparado e da proposta de alteração legislativa da autoridade antitruste brasileira .....	136
3. Das decisões do CADE como prova do ilícito anticompetitivo nas decisões mapeadas pelo Levantamento Jurisprudencial.....	141
4. Considerações finais .....	148
Referências bibliográficas.....	150
A arbitragem e o direito da concorrência.....	153
<i>Daniel Costa Caselta</i>	
1. Introdução.....	153
2. Panorama da evolução da discussão no direito estrangeiro .....	155
3. Arbitrabilidade de questões concorrenciais no direito brasileiro .....	158
4. Conclusão.....	168
Referências bibliográficas.....	168
Dano antitruste aos compradores diretos e indiretos: breves considerações sobre o <i>pass-on effect</i> nos regimes norte-americano, europeu e brasileiro .....	171
<i>Pedro C. E. Vicentini</i>	
1. Introdução.....	171
2. O tratamento aos compradores (ou vítimas) diretos e indiretos no direito norte-americano (e o surgimento da <i>pass-on defense</i> ).....	174
3. O panorama europeu.....	179
4. O direito brasileiro .....	185
5. Conclusão .....	190

Referências bibliográficas.....	191
<b>Parte III. Ações <i>Stand Alone</i></b> .....	193
A competência do Poder Judiciário na análise de demandas concorrenciais autônomas (ações <i>stand alone</i> ).....	195
<i>Levi Borges de Oliveira Veríssimo, Nayara Mendonça</i>	
1. Introdução.....	195
2. Fundamento normativo das demandas concorrenciais autônomas no Brasil .....	196
3. As ações <i>stand alone</i> no Judiciário.....	200
4. Conclusões .....	209
Referências bibliográficas.....	209
Panorama e efeitos das ações <i>stand alone</i> no Poder Judiciário .....	211
<i>Vinicius Hercos da Cunha</i>	
1. Introdução.....	211
2. O bem jurídico tutelado objeto das ações <i>stand alone</i> (art. 47 da Lei n. 12.529/2011) .....	213
3. Intervenção do CADE nas ações <i>stand alone</i> .....	215
4. As ações <i>stand alone</i> no Judiciário .....	217
5. Conclusão.....	222
Referências bibliográficas.....	223
<b>Parte IV. Revisão de Decisões do CADE</b> .....	225
Competência do Poder Judiciário para revisitar o mérito da decisão administrativa e análise qualitativa e quantitativa das ações contra decisões do Cade no Judiciário.....	227
<i>Frederico Carrilho Donas</i>	
1. Introdução.....	227
2. A metodologia usada no levantamento e análise de informações.....	228
3. Análise quantitativa de ações judiciais contra o CADE.....	231
4. Conclusão.....	241
Referências bibliográficas.....	241

<b>Parte V. Devido Processo Legal.....</b>	<b>243</b>
Análise dos principais temas discutidos no Poder Judiciário envolvendo decisões do CADE e devido processo legal.....	245
<i>Carolina Matthes Dotto, Paula Pinedo</i>	
1. Busca e apreensão.....	245
2. Competência.....	247
3. Intervenção pelo CADE e por terceiro em ação anulatória.....	248
4. Tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE.....	249
5. Conexão.....	252
6. Anulação de decisão administrativa do CADE por vícios formais .....	253
7. Provas.....	255
8. Valor da causa.....	257
9. Conclusão.....	257
Referências bibliográficas.....	258
Cerceamento de defesa, produção de provas e busca e apreensão.....	263
<i>Antônio Menezes Neto, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando S. L. Coimbra</i>	
1. Cerceamento de defesa.....	264
2. Produção de provas.....	269
3. Busca e apreensão.....	274
Referências bibliográficas.....	282
<b>Parte VI. Ações de Natureza Penal.....</b>	<b>285</b>
O crime de cartel na visão dos tribunais – uma análise quantitativa e qualitativa .....	287
<i>Karla Lini Maeji, Paloma Gonçalves da Silva Romero</i>	
1. Introdução.....	287
2. Metodologia e Métrica.....	288
3. O crime de cartel na visão dos tribunais.....	290
4. Análise dos dados.....	290
5. Considerações finais e tendências.....	303
Referências bibliográficas.....	305

Tipologia dos casos trazidos pelo MP .....	307
<i>Marcelo Batlouni Mendroni</i>	
1. Formação de cartel. Organização criminosa empresarial.....	307
2. Acusação.....	308
3. Concurso de crimes e diferenciação: cartel e fraudes à licitação .....	309
4. Núcleos dos tipos penais .....	311
5. Consumação dos delitos: formação de cartel e fraude à licitação.....	314
6. Cartéis e fraudes à licitação: natureza de crimes formais e permanentes.....	317
7. Análise/jurisprudência com delitos de natureza semelhante .....	323
8. Decisões da situação jurídica nos EUA .....	326
Referências bibliográficas .....	328
Termos de Compromisso de Cessação em investigações de cartéis: tratamento de seu compartilhamento com o Ministério Público .....	329
<i>Bruno Droghetti Magalhães Santos</i>	
1. Provas.....	330
2. Compartilhamento de TCCs entre CADE e Ministério Público .....	337
3. Conclusão.....	342
Referências bibliográficas.....	342